

MANIFESTAÇÕES, ESTADO E O FIM DO CAPITALISMO

Edmilson Marques*

O mundo está fervilhando em manifestações. A cada dia uma aparece com questões que estão deixando os representantes do estado preocupados, já que este vem sendo alvo de constantes críticas. Nesse sentido, é fundamental no atual contexto discutir a relação do estado com as manifestações que vêm surgindo ultimamente. A partir daí podemos observar: 1. O que representa as reivindicações apresentadas pelos manifestantes para as relações sociais estabelecidas no capitalismo, já que muitas delas são aceitas e tem o aval do estado? 2. Que elementos novos estão surgindo com estas manifestações que estão sendo duramente reprimidas pelo estado? 3. Que relação há entre as manifestações e o fim do capitalismo?

Discutir a relação estado e manifestações é fundamental no atual contexto em que estamos sendo bombardeados por informações divulgadas pelos meios oligopolistas de comunicação, que, ao seu modo, vêm interpretando os últimos enfrentamentos ocorridos. O primeiro pressuposto fundamental que é preciso ser considerado e que não é, de maneira alguma, dito pelos meios oligopolistas de comunicação, é que o estado é um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx, 1988, p. 78). O estado no capitalismo é a “condição necessária para a conservação do modo de produção capitalista não somente através da repressão e da ideologia mas também através da intervenção na produção, na política, na atividade social etc.” (Viana, 2003, p. 41).

Partido do pressuposto que a burocracia estatal é “uma classe social auxiliar da burguesia, executando o papel de controlar o proletariado, amortecer os conflitos sociais e reproduzir a exploração” (VIANA, 2008, p. 26), o modo como atua só pode ser por intermédio da repressão. Sendo a repressão uma característica da ação estatal, então porque não reprime a todos que participam de manifestações, mas apenas alguns? Essa é uma questão complexa já que o estado vem estabelecendo uma dupla relação com as manifestações: uma primeira em que aceita o modo de agir dos manifestantes, aquela parte que se limita ao ato em si, pautando suas ações por reivindicações muitas vezes escritas em cartazes e faixas; e uma segunda em que busca combater os manifestantes que assumem um caráter radical na luta, aqueles que vão para o confronto direto com a polícia e critica concretamente o estado.

* Professor no curso de História e Economia da Universidade Estadual de Goiás, doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás, militante do Movimento Autogestionário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural – NUPAC.

O estado concorda com as manifestações que se limitam às reivindicações porque não ultrapassam os interesses do próprio estado. E qual é seu interesse? Que a sociedade continue da forma que está, submetida aos interesses dos capitalistas. Vejamos essa questão mais de perto. O capitalismo é uma sociedade em que sua base é fundada em relações de exploração e opressão. A burguesia como classe que se apropria das riquezas produzidas, cria uma sociedade em que a maioria sofre pelo não acesso a essas riquezas. A consequência disso é o aparecimento de uma realidade onde as necessidades imediatas emergem como problemas para a vida humana, as quais podem ser notadas nos milhares de cartazes e faixas apresentados pelos manifestantes.

Os representantes do estado perceberam, no entanto, que atendendo a uma parte das reivindicações e divulgando políticas que propõem sanar a longo prazo as outras pautas mais urgentes apresentadas pelas manifestações, tende a provocar o recuo da luta dos manifestantes e gerar a ideia de que não é necessário mais sair às ruas para protestar, uma vez que ele está agindo para resolver os problemas. Tomemos como exemplo no atual momento o protesto pelo preço das passagens de ônibus e o PEC-37. Poderíamos citar diversas outras reivindicações que estão sendo apresentadas e que evidencia que o capitalismo impede que a maior parte da população consiga suprir suas necessidades vitais.

Ouviu-se um grito uníssono ecoar de que “o povo unido jamais será vencido” no momento em que o estado atendeu as reclamações sobre essas questões. O estado concorda com este tipo de manifestação por esta não ultrapassar os princípios da sociedade burguesa, ou seja, expressam reivindicações que uma vez atendidas não alteram a sociedade existente. Se não representa perigo para o capitalismo, então, o estado não as reprime e, inclusive, é determinada como legal, aceita pela democracia burguesa.

Com o intuito de limitar a ação das classes oprimidas e exploradas, o estado cria ainda políticas preventivas, a exemplo das ideologias repassadas pela educação. Isso explica o porquê aprendemos desde crianças a ser participativos na sociedade, porém, dentro das normas estabelecidas, no sentido de limitar nossas ações a apontar os problemas sociais para o estado para que ele próprio possa resolver através do que denominou de políticas públicas. Assim, as manifestações que se limitam a esse tipo de ação é muito interessante para o estado e para os capitalistas, pois, apontam onde estão os problemas mais urgentes que incomodam uma determinada parte da população e dá ao estado a legitimidade para continuar mantendo em suas mãos o poder de determinar o caminho que a sociedade deve seguir.

Desta forma, as manifestações que são aceitas pelo estado e restringem sua luta a exigir do estado políticas que atendam às suas reivindicações, representa um ganho para o capitalismo, já que estas recuam quando o estado atende suas reivindicações. Assim, os manifestantes podem ser convencidos que não precisam mais manifestar se o estado abolir, por exemplo, o projeto que busca aprovar o PEC-37. Convencem-se de que o objetivo foi alcançado. E desta forma, o estado sorri sem graça e aliviado e com o cassetete nas mãos fala pelo canto da boca: “estão vendo, atendi suas reivindicações, agora, voltemos às suas casas e ao seu trabalho”.

Maurício Tragtenberg (2011, p. 449), ao retratar a história do movimento pacifista no mundo, que tem sua história ligada à luta contra a indústria bélica, observou que:

No caso brasileiro, a “fundação” de um movimento pacifista por personalidades vinculadas a partidos que tradicionalmente instrumentalizaram movimentos sociais, justificando a indústria de armas nacional por produzir divisas para pagar a dívida externa – quando é a alta da taxa de juros que a aumenta geometricamente -, gera um “movimento” natimorto. É uma pena. Porém, os trabalhadores do Brasil encontrarão o caminho para essa luta, temos certeza, pois o futuro está em aberto.

Ocorre, porém, que o estado nem sempre consegue manter o destino da sociedade em suas mãos. Por mais que atue na produção de ideologias, intervindo na economia, na política e reprimindo a população, há sempre aqueles corajosos que não se calam pelas palmadas recebidas e buscam superar esse estado de coisas criado pelo capitalismo. É nesse sentido que podemos agora discutir a segunda forma de relação estabelecida entre estado e as manifestações, a que se mantém pelo confronto direto. Como pode ser notado, todas as manifestações são acompanhadas de perto pelos representantes do estado. Do seu ponto de vista é como se dissesse: “é preciso manter o bicho na coleira para não criar problemas”.

A cada dia que passa cria novas armas para dispersar os manifestantes com o intuito de enfraquecê-los e fazê-los recuar. Muito bem armado, no entanto, se coloca diante das manifestações, impedindo-as de avançar, e é em resposta à truculência e repressão sofrida que parte da manifestação reage partindo para o confronto direto e declarado. Esse é o tipo de manifestação que passa a ser criminalizada pelo estado. A criminalização é um dos meios que utiliza para amedrontar e controlar os manifestantes. Por trás desta concepção está a ideia que estão ultrapassando os limites impostos pelo estado através da lei, logo, se ultrapassou deve ser considerada crime, o que legitima sua própria ação através da repressão.

E porque o estado não permite esse tipo de manifestação? Porque elas podem avançar a tal ponto de gerar um processo revolucionário que aponte para a abolição do capitalismo. Se se perde o controle sobre estas lutas estas seguirão o caminho normal da natureza humana, o que quer dizer que todas as formas de opressão e exploração serão alvo da luta, e nesse sentido, o estado se torna o alvo central. É nesse sentido que pode ser observado que grande parte das manifestações que estão ocorrendo no Brasil foram em direção a aqueles lugares que são a representação do estado, como prefeituras, assembleias legislativas dos estados, Congresso Nacional etc., e concretizaram a crítica através de seu apedrejamento. Esse tipo de atitude nada mais é do que a demonstração de que a população chegou ao limite de sua paciência com a sociedade atual e está começando a tomar em suas mãos a gestão de sua própria vida. Uma pequena parte está tentando avançar, e mesmo sendo pequena tem demonstrado sua força em várias cidades, quando conseguem fazer o estado recuar e colocar os seus representantes pra correr.

No momento em que o estado observa que está perdendo o controle da ordem estabelecida, é quando começa a utilizar de suas forças mais brutais. Começa com armas como spray de pimenta, gás lacrimogêneo etc., e quando as manifestações tomam uma proporção maior e se radicaliza, até mesmo as forças armadas com seus armamentos pesados e letais podem entrar em cena. Isso demonstra que o estado está bem preparado para enfrentar a população enfurecida, mas ao mesmo tempo, demonstra suas fraquezas quando não consegue parar a classe trabalhadora unida. Nesse momento, a política de desarmamento da população, a bastante tempo em voga, pode dar uma certa margem de vantagem ao estado, pois enfrentará uma população supostamente desarmada.

O fim destas manifestações, no entanto, pode possibilitar que o estado se prepare ainda mais para reprimir as futuras manifestações e possibilitar também que o capitalismo crie novas estratégias visando sua reprodução. Desta forma, é preciso aproveitar este momento de intensos protestos e pensar propostas de uma nova sociedade. A possibilidade para se criar uma nova sociedade destituída de pobreza, miséria, guerras, etc., enfim, uma sociedade destituída de opressão e exploração pode começar a ser gerada a partir dos seguintes caminhos: 1. A abolição do estado deve ser o objetivo das manifestações. A questão é que o estado é o principal agente repressor da sociedade, basta observar a brutalidade e repressão que submete parte da população, além das armas e todos os utensílios que utiliza no confronto direto. Portanto, as manifestações devem superar o controle imposto pelo estado e radicalizar a luta com o objetivo fundamental de aboli-lo.

Além da abolição do estado, uma nova sociedade começa ser gerida a partir da transformação do modo de produção e distribuição das riquezas. Rosa Luxemburgo (2011, p. 275) já havia observado que

Hoje, todas as riquezas – as maiores e melhores terras, as minas e empresas, assim como as fábricas – pertencem a alguns poucos *junkers* e capitalistas privados. Por seu trabalho pesado a grande massa dos trabalhadores recebe desses *junkers* e capitalistas um magro salário para viver. O enriquecimento de um pouco número de ociosos é o objetivo da economia atual.

Um passo fundamental na luta por uma nova sociedade é eliminar essa situação. Por este motivo os locais de produção e distribuição de mercadorias devem ser apropriados pelos trabalhadores e colocados para funcionar de forma que atenda aos interesses de todos. Para isso é preciso: 2. Que ao lado das manifestações espontâneas que lutam contra o estado nas ruas, que os trabalhadores se juntem e se apropriem das fábricas, empresas, enfim, de todos os lugares onde se produzem as riquezas. Através desta apropriação aparece o sentimento “de que devem ser inteiramente os senhores da produção, que devem expulsar os intrusos: os capitalistas que só dão ordens, que fazem mau uso das riquezas da humanidade, esbanjando-as e devastando a Terra” (PANNEKOEK, 2007, p. 134).

Os patrões e chefes deverão ser expropriados de seus bens e suas riquezas serem colocadas à disposição de toda sociedade. Sabemos que tudo que se produz acaba sendo monopólio dos capitalistas que levam a produção para ser vendida no mercado. Essa é a razão de ser da fome, ou seja, existe comida em excesso, porém, está nas mãos de poucas pessoas. Marx (1985, p. 294) já havia expresso que esse processo faz

Aumentar a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arreventado. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

Nesse sentido é preciso: 3. Apropriar de todas as riquezas disponíveis no mercado e distribuí-las, de forma que atenda as necessidades imediatas de todos, o que pode acabar com a fome e miséria mundial em poucas horas. A revolução operária obrigará os ricos a trabalhar, depois de ter-lhes arrancado as riquezas que lhes permitiam uma vida de parasitas (MAKHAISKI, 1981, p. 165).

Se observarmos o que o Movimento Passe Livre - MPL vem simpaticamente fazendo, é possível imaginar a mesma coisa com a totalidade das riquezas existentes. Por exemplo, os ônibus são riquezas produzidas por um conjunto de trabalhadores, porém, são apropriados por empresas que os utilizam para lucrar com a venda de passagens. A luta pelo passe livre é uma forma de obrigar o estado a ceder parte do mais-valor que se apropria através de impostos para pagar as empresas produtoras de ônibus, mas é preciso ir além disso e se apropriar das fábricas onde esses ônibus são produzidos de forma que os próprios usuários sejam os organizadores da produção e disponibilização do transporte, cujo objetivo fundamental deve ser o seu uso gratuito por todos.

Outras lutas devem ser indispensavelmente empreendidas ao lado dessa e com o mesmo propósito, ou seja, de coletivizar todas as riquezas. Assim, as escolas, hospitais etc., devem ser coletivizados⁸ e os particulares devem ser abolidos. Enfim, tudo que representa meio de extorquir o outro deve ser abolido. Isso colocará em xeque a propriedade privada, o principal reduto do capital a ser abolido, assim, todas as riquezas materiais existentes, terras, locais de moradia etc., que são propriedades privadas de empresas, devem ser tomadas pelos trabalhadores e coletivizadas.

A possibilidade da transformação social, o fim do capitalismo e emergência de uma nova sociedade, portanto, começa a despontar no horizonte. Pode-se notar isso com o conjunto de questões que estão começando a tomar força com as manifestações que eclodiram nos últimos tempos e vem preocupando o estado, a exemplo da superação da ideologia que defende a necessidade dos partidos políticos. Segundo Nildo Viana (2003, p. 19), os partidos políticos,

Apresentam um interesse declarado que é falso (“representar” o “povo”) e omitem o seu verdadeiro interesse (conquistar o poder para distribuir cargos entre a burocracia partidária e reproduzir o modo de produção capitalista e alguns interesses específicos de frações da burguesia ligados a um ou outro partido político).

Os representantes de partidos políticos até que conseguiram, por um bom tempo, enganar boa parte da população com essa ideia de que representam os interesses universais, porém, essa ilusão começa a ser amplamente superada. É nesse sentido que as manifestações espontâneas estão emergindo destituídas do dirigismo geralmente imposto por partidos políticos, e no seu interior aqueles que ousam utilizar de bandeiras partidárias estão sendo rechaçados.

⁸ A coletivização das riquezas deve ser obra dos próprios trabalhadores, através de organizações criadas por eles próprios. O estado não será, e nem pode ser, o meio utilizado para a organização da sociedade, já que sua existência pressupõe a existência de dominantes e dominados, ou seja, das classes sociais.

Para muitos a inexistência de partidos políticos pode criar um caos, mas essa concepção só demonstra o desconhecimento de experiências da luta empreendida pelo proletariado na história do capitalismo, as quais têm demonstrado que existe um projeto político de sociedade onde o estado e os partidos políticos são inexistentes, onde quem gere a sociedade são os próprios trabalhadores através de organizações autogeridas por eles próprios. Este desconhecimento é consequente da ação estatal que financia milhares de projetos que divulgam suas ideias, além da ampla luta cultural que a burguesia empreende que acaba tornando a divulgação deste projeto de sociedade algo marginal. Mesmo que haja a concepção predominante, consequente dos valores burgueses, da impossibilidade do fim do capitalismo, o que a história desta sociedade tem demonstrado é o contrário, ou seja, o predomínio da realidade que aponta a possibilidade de sua abolição. E podemos observar isso com as manifestações que expressam o descontentamento de uma parcela da população. Desta forma, se existem indivíduos descontentes com a saúde, com o transporte, com a corrupção etc., a consequência é chegar a um ponto de não suportar o estado de coisas estabelecido e se manifestar, se posicionar diante delas de forma crítica.

Se tomarmos como referência a quantidade de manifestações que vêm surgindo em todo o mundo e a quantidade de pessoas que lhes integram, podemos chegar à conclusão que há um descontentamento generalizado na sociedade, uma crítica da maior parte da população por diversas questões existentes. Se considerarmos ainda, que a maioria dessas manifestações é desfalcada pela ausência daqueles que são obrigados por seus patrões e chefes a estarem no trabalho, pode-se concluir que apenas uma minoria discordaria das manifestações e se posicionariam contra elas. Mas quem poderia se expressar assim? Aqueles que estão contentes com esta sociedade, logo, que são privilegiados e que não enfrentam problemas no dia-a-dia de sua vida, ou seja, a burguesia, frações da burocracia e aqueles que lhes auxiliam na regularização da ordem estabelecida, a exemplos dos meios oligopolistas de comunicação.

Em síntese, o recuo das manifestações representa a continuação desta sociedade dominada por estes poucos privilegiados em detrimento da maior parte da população. Por outro lado, o seu avanço, a radicalização da luta, é o primórdio da transformação social. Diante deste contexto, o estado concordará com a primeira e utilizará de seu exemplo para combater a segunda. Enquanto a sociedade permitir que a organização social esteja nas mãos das classes dominantes (burguesia, burocracia, frações da intelectualidade etc.), o estado de coisas criado pela burguesia continuará existindo. Uma sociedade igualitária, sem corrupção, destituída de exploração e opressão só será possível com o fim do capitalismo. As manifestações que radicalizam sua luta têm demonstrado o caminho a ser seguido e

que a luta final pela emancipação humana não será uma tarefa fácil, mas, que a possibilidade de sua efetivação está posta.

Referências

LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos vol. II (1914-1919)*. São Paulo: Unesp, 2011.

MAKHAISKI, Jan Waclav. *A Revolução Operária*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. *O Capital Vol. II*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1988.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.

TRAGTEMBER, Maurício. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2011.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *O Que São Partidos Políticos?*. Goiânia: Germinal, 2003.